

A-NCX

cur P-13

Indiferença marca votação do sistema

FERNANDO GABEIRA

Enviado especial a Brasília

Brasília viveu uma semana na gangorra. Acordava parlamentarista, dormia presidencialista, almoçava com quatro, dormia com cinco anos de mandato para Sarney. Tudo debaixo de uma chuva intermitente e da gélida indiferença popular. A frase de uma funcionária da Câmara parece sintetizar a atmosfera:

“Que tédio. Eles acham que estão resolvendo nosso destino.”

Comparado com o clima de 84, quando se fez a campanha das diretas, o de agora é o marasmo. Como se naquela época fosse haver uma emocionante decisão do campeonato e agora o resultado fosse sair num sorteio na federação de futebol. Em 84, os visitantes tinham de mostrar carteira de identidade no aeroporto, o general Newton Cruz decretou estado de emergência, os buzinaços sacudiram o Planalto, quando Figueiredo entrava no Palácio.

Já não se ouvem buzinas e o general Newton Cruz não está nas ruas tentando quebrar faróis de carro com seu bastão. Calma completa, quebrada apenas pela declaração do ministro da Aeronáutica, Moreira Lima, dizendo que os militares querem cinco anos. Em dois discursos de dois minutos e meio cada um, os líderes do PT e do PC do B contestaram o brigadeiro, diante de um plenário meio adormecido, lendo ainda os jornais da manhã. Foi o tempo suficiente para que Ulysses Guimarães interrompesse a sessão, às 11h de sexta-feira, e anunciasse o descanso semanal.

As mudanças de 84 para cá parecem indicar que o Brasil evoluiu tanto que o povo resolveu se dedicar ao trabalho cotidiano e deixar que os políticos profissionais cuidem das questões de governo. No entanto, não é bem assim. Por baixo da indiferença, há um certo rancor e uma desconfiança de que, independente do que aconteça, os preços continuarão subindo e a situação econômica do Brasil continuará se degradando.

Além disso, sob muitos aspectos, a Constituinte falhou em conquistar a atenção popular. Seu programa de TV, cinco minutos diários, nunca foi usado com o rigor das técnicas de comunicação. No princípio as pessoas apareciam meio esverdeadas porque Ulysses não queria fazer gastos de adaptação do plenário e um cenário de tevê. Além disso,

resolveu-se que todos os deputados iriam falar e nem sempre se escolheram os temas exatos e os debates mais atraentes. O resultado é que o programa ficou meio parecido com a Hora do Brasil, da qual as pessoas fogem sistematicamente, assim que ouvem o prefixo.

A melhor das técnicas, entretanto, não salvaria a Constituinte do descrédito geral em que caíram os políticos depois das eleições de 86 e do fracasso do Plano Cruzado. Grande parte dos deputados e senadores se elegeu na esteira das promessas de congelamento de preços e as promessas sumiram na fumaça das urnas.

O clima na Constituinte lembra um pouco uma gincana. Parlamentaristas e presidencialistas estão sempre atarefados em examinar seus mapas e contar os votos. Nenhum dos grupos coloca como problema a indiferença popular em relação ao resultado que deve sair na quinta-feira.

Numa longa conversa com o senador José Richa, um dos articuladores entre os parlamentaristas, tive a impressão de que ele se sentia diante de um importante momento. Algo assim como as vésperas da proclamação da República. Richa estava confiante na vitória de suas teses e enumerava todos os passos que deu no sentido de conquistar a simpatia dos formadores de opinião. Quanto ao povo mesmo, ele esperava que o processo pedagógico seria desfechado depois da votação, quando a imprensa teria de explicar o regime e mostrar, em detalhes, como funciona.

Debates públicos entre os dois lados foram realizados, na medida do possível, mas a verdade é que atingiram pouca gente. Perguntei a humildes funcionários da Câmara sobre os dois sistemas de governo e me olharam com uma perplexidade de quem foi abordado por um marciano.

No campo dos presidencialistas, nem visão de etapas ou conquista de opinião existe. O grande objetivo é ter maioria. Para isso criou-se a emenda do presidencialismo híbrido. Nesse regime inédito, há um primeiro-ministro simbólico com a função de coordenar o governo. Uma espécie de chefe da Casa Civil. O projeto dos presidencialistas é também embutir os cinco anos de mandato na mesma proposta. Se aprovada vai apresentar uma grande novidade: a dupla Sarney-Ulysses, o primeiro no

seu lugar de sempre, o segundo como primeiro-ministro. O que a platéia vai dizer do novo elenco ainda é uma incógnita que só o futuro pode resolver.

Os parlamentaristas, Richa sobretudo, sabem que terão problemas com a opinião pública. Um deles será o de explicar o fato de que foram eleitos para serem deputados comuns e, de repente, aparecem com o governo nas mãos. Perguntei se o correto, nesse caso, não seriam as eleições gerais, renovando o Parlamento, agora com a missão clara de governar.

O senador José Richa acha esse problema menos grave do que se supõe. Seu argumento é de que o presidente da República pode dissolver o Parlamento, depois de algumas tentativas de formar o gabinete. Logo, segundo ele, novas eleições para deputados podem vir a qualquer instante, sem grandes traumas.

A sensação que se tem em Brasília é de que nenhum dos dois lados, até agora, assegurou a maioria. Todos temem que haja um impasse. Na linguagem da Constituinte, esse impasse se chama buraco negro. Só se sai dele com longas rodadas de negociação, sempre difíceis quando se trata de uma questão em que se defrontam dois sistemas de governo distintos.

Esses termos da Constituinte de um modo geral são bons para cair em esquecimento. O comentarista de TV José Augusto Ribeiro teve uma frase sobre os mecanismos da Constituinte que expressa bem sua condição transitória:

“Quando se aprende bem o mecanismo interno da Constituinte vira-se uma espécie de sábio de Bizâncio. Ao acabar a votação, os conhecimentos não vão servir para absolutamente nada.”

Mas o medo de cair no buraco, pelo que senti em Brasília, transcende à votação desta semana. Quando os deputados e senadores chegam à sua decisão mais importante, com a platéia vazia, e a população gelada, é porque alguma coisa aconteceu. Ou o Brasil chegou à sua completa maturidade política, ou foram os políticos que caíram no imenso buraco da descrença popular. Nesse caso, as eleições gerais seriam uma boa injeção de ânimo. Essas então cairiam num buraco muito maior porque entre os 559, pouco menos de 100 estariam dispostos ao haraquiri.

13 MAR 1988

FOLHA DE SAO PAULO